

## COMUNICADO DE IMPRENSA

# Relatório de Primavera 2018 Meio Caminho Andado?

Analisar o meio caminho percorrido pela atual equipa governativa da saúde é um dos objetivos do Relatório Primavera (RP) 2018, da autoria do **Observatório Português dos Sistemas de Saúde**. O Relatório que encontra “muitas pedras no caminho”, mas que também propõe rumos alternativos, é apresentado ao país no 19 de junho de 2018, a partir das 9h30, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O RP2018 faz um balanço da ação governativa, analisa o estado da arte da saúde materno-infantil em Portugal, as infeções associadas aos cuidados de saúde e resistência aos antimicrobianos, os recursos humanos da Saúde e a governação em saúde, nomeadamente no que diz respeito ao estatuto dos gestores públicos do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Também as assimetrias geográficas e a despesa com medicamentos, com destaque para o tratamento da diabetes, foram abordadas numa perspetiva de análise da política do medicamento e não faltou a temática da gestão do acesso aos cuidados de saúde, tema constante nos Relatórios Primavera dos últimos anos.

A aposta emblemática da atual legislatura na **reforma do SNS** é uma tarefa exigente que, segundo o Observatório, está longe de estar ganha. A proposta de Lei da Saúde Pública, que parece ser uma oportunidade para reforçar e modernizar a Saúde Pública no país, ainda não foi aprovada. Os Cuidados de Saúde Primários revelam carências estruturais, deixando dúvidas quanto ao grau de prioridade desta área para o Governo. Os resultados na Reforma dos Cuidados Hospitalares são inexistentes, prevalecendo uma clara crise no setor. A rede de Cuidados Continuados Integrados, apesar da abertura de camas nas áreas da saúde mental e pediátrica, continua longe de atingir a cobertura da população e o caminho para a domiciliação dos cuidados continua sem acontecer. Saliente-se, no entanto, a importância que pode vir a ter a nova Lei de Bases da Saúde, cuja discussão foi iniciada pela atual equipa ministerial.

A **saúde materno-infantil**, um dos grandes sucessos alcançados pela organização de saúde portuguesa, teve destaque de análise no RP2018, à luz das novas realidades emergentes em torno do nascimento. Portugal está entre os países da Europa com mais alta prevalência de cesarianas - 60% nos hospitais privados - e de episiotomias, sendo a frequência desta última prática obstétrica chocante (E70%), quando comparada com outros países, como a Dinamarca, que tem cerca de 4%. Para além das práticas que representam um fator de risco acrescido para a mãe e criança, este capítulo do relatório debruça-se sobre a prematuridade e o aleitamento materno, apresenta 10 ações, propõe a implementação de um Inquérito Perinatal Nacional e a criação de novos indicadores que captem informação para responder às novas preocupações nesta área.

O capítulo referente à análise das infeções associadas aos **cuidados de saúde e resistências aos antimicrobianos** (IACS), expõe a necessidade da definição de uma estratégia a curto, médio e longo prazo que contraste com “as medidas avulsas, os voluntarismos esporádicos ou as intervenções, instrumentos legais e discursos pontuais e mediáticos” que têm dominado a intervenção nesta área. De acordo com os últimos dados do *European Center for Disease Prevention and Control* (ECDC), Portugal apresentava em 2011, quase

o dobro (10.6%) da taxa de prevalência de IACS da média europeia. Da análise realizada pelos peritos resultaram oito recomendações.

Relativamente ao **Recursos Humanos na Saúde (RHS)**, tema incontornável da política de saúde em Portugal, o RP2018 procurou investigar o que se sabe e o que falta saber, com o objetivo de trazer evidência à discussão que tende a ser sempre alvo de análises simplistas, baseadas em informação incompleta. A fragilidade da informação sobre os RHS em Portugal, à semelhança de outros países da OCDE, explica a dificuldade em definir a força de trabalho que o país tem e, conseqüentemente, as necessidades a médio e longo prazo. Os números disponíveis sugerem, no entanto, que o nível de despesa com RHS no país está abaixo da média dos países desenvolvidos, e que existem iniquidades na rede pública e ao longo do território nacional. Os autores concluem que, para responder às necessidades de saúde das população de forma efetiva e eficiente, é fundamental planear a força de trabalho necessária em Portugal para daqui a 5, 10 ou 15 anos e avançam com a proposta de cinco ações concretas para o fazer.

No capítulo sobre a **governança em saúde** no SNS, o OPSS analisa o estatuto do gestor público em termos dos processos de nomeação e de avaliação do seu desempenho. Os autores concluem que o processo de seleção/nomeação dos membros dos Conselhos de Administração, apesar de passarem pelo CREsAP, continuam demasiado preso à confiança política. É também mencionado pelos autores que a avaliação do desempenho dos membros dos Conselhos de Administração, diretamente relacionada com questões de prestação de contas/responsabilização pelos resultados dos gestores públicos, apesar de estar legislada, nunca avançou na prática.

Ao nível da **política do medicamento**, os investigadores centraram a sua análise nas assimetrias geográficas da despesa com medicamentos. A despesa nacional *per capita* com medicamentos (PVP) foi de aproximadamente 200€, sendo que a média nacional de despesa direta com medicamentos (*out-of-pocket*) rondou os 71€. O Alentejo e o Centro são as regiões onde os portugueses mais gastam, direta e indiretamente, em medicamentos, não sendo esta diferença inteiramente explicada pelo composição demográfica das regiões. No tratamento da pessoa com diabetes é identificada a necessidade de monitorizar e compreender a utilização, muito superior à média de diversos países europeus, de medicamentos mais onerosos. É ainda apresentado, a título ilustrativo, a mais valia da inclusão formal do farmacêutico na equipa de profissionais de saúde na gestão do doente oncológico geriátrico.

A análise da **gestão do acesso aos cuidados de saúde** vem mostrar que as listas de espera, um problema transversal e muito relevante da política de saúde de quase todos os países desenvolvidos, exige novas abordagens políticas para as debelar. Segundo os investigadores, as últimas iniciativas governamentais para melhorar o acesso atempado aos cuidados são de nível macro e ainda sem impacto direto nos quotidianos de acesso. Parecem promissoras na facilitação do percurso do utente ao longo de todos os níveis de cuidado, mas a sua concretização exige uma nova visão sobre o acesso e medidas adicionais, nomeadamente nas áreas da literacia em saúde e da formação dos profissionais.

### **A Coordenação do OPSS**

Felismina Mendes (U.Évora)

Henrique Barros (ISPUP)

Pedro Lopes Ferreira (CEISUC)

Rogério Gaspar (FFUL)

Rui Santana (ENSP-NOVA)



## Sobre o OPSS:

O Observatório Português dos Sistemas de Saúde é constituído por uma rede de investigadores e instituições académicas dedicadas ao estudo dos sistemas de saúde.

Tem como finalidade proporcionar a todos aqueles que podem influenciar a saúde em Portugal, uma análise precisa, periódica e independente da evolução do sistema de saúde português e dos fatores que a determinam.

## Principais objetivos:

- ✓ Analisar prospetivamente a evolução do sistema de saúde português
- ✓ Tornar essa análise facilmente acessível a todos os interessados
- ✓ Constituir e melhorar continuamente uma base de conhecimentos sobre a gestão da saúde, de forma a estimular a análise dos sistemas de saúde e a investigação sobre serviços de saúde
- ✓ Reforçar as relações de trabalho com outras instituições e projetos Europeus similares, muito particularmente com o Observatório Europeu de Sistemas de Saúde

O OPSS não toma posição em relação às agendas políticas da saúde. Procura antes analisar objetivamente o que tem estado a acontecer no sistema de saúde, desde os processos de governação até às ações dos principais atores da saúde, reunindo a evidência que suporta esses processos, ações e os seus resultados.

O OPSS produz anualmente um relatório síntese da evolução do sistema de saúde português – o Relatório Primavera. Para este efeito procura estabelecer progressivamente um dispositivo observacional adequado e promove regularmente reuniões técnicas para aprofundar os temas selecionados para análise.

Para além de observar o presente e analisar o passado mais ou menos imediato, o OPSS procura estabelecer cenários sobre o futuro e aprender através de uma comparação contínua entre o "previsto" e o "observado".



## Mais informações:

Marta Salavisa | [marta.salavisa@ensp.unl.pt](mailto:marta.salavisa@ensp.unl.pt) | 93 416 51 33